

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : (251-115) 517 700 Fax : (251-115) 517844
website : www.africa-union.org

**PRIMEIRA CONFERÊNCIA DA UA DOS MINISTROS
RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
27-31 de Outubro de 2008
Windhoek, Namíbia**

NOTA CONCEITO

TEMA: *Rumo a uma Agenda de Desenvolvimento Social Sustentável em África*

**PRIMEIRA CONFERÊNCIA DA UA DOS MINISTROS
RESPONSÁVEIS PELO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

TEMA: *Rumo a uma Agenda de Desenvolvimento Social Sustentável em África*

DATA : 27-31 de Outubro de 2008

Local : Namíbia

I. INTRODUÇÃO

Na última década África deu passos significativos em certas áreas do desenvolvimento económico e social, como se pode notar por exemplo, através das crescentes taxas de alfabetização em muitos países, o aumento do número de matrículas de crianças, a redução da mortalidade infantil, a recuperação das taxas de crescimento económico, a crescente democratização e a redução dos conflitos civis. Apesar do foi mencionado acima, a crise geral de desenvolvimento não foi fundamentalmente alterada. Os países Africanos classificam-se numa categoria inferior em qualquer lista que tenha como objectivo medir o desenvolvimento social e a actividade económica, apesar da riqueza do continente em recursos naturais. Na maior parte dos países Africanos o desenvolvimento não teve um impacto significativo nas vida da maioria da população, especialmente na vida das pessoas marginalizadas e dos grupos vulneráveis. Os grupos mais vulneráveis são as crianças, particularmente as órfãs, os idosos, as pessoas com deficiências, as viúvas, e os indivíduos com doenças crónicas (sendo o VIH/SIDA a doença que mais ameaça) e as pessoas em situações de conflito

Muitos governos responderam aos desafios sociais através da adopção de várias estratégias. Contudo, e apesar destas estratégias, a adopção de políticas constantes dos pacotes de ajustamento estrutural basearam-se numa preocupação limitada em relação ao crescimento económico e a estabilidade macro-económico. Houve pouca ou nenhuma preocupação em relação as questões de equidade, meios de vida e segurança humana. Onde estas preocupações constavam da agenda, elas deviam resolvidas através dos pequenos efeitos do crescimento, e não através da intervenção deliberada do Estado. Esta abordagem considerava o sector social como um sector de consumo e portanto não atraiu investimento. No geral, o desenvolvimento social era visto como um entrave ao desenvolvimento económico, existindo meramente para servir os objectivos do desenvolvimento económico. Isto era diferente do que estava a ocorrer noutros países bem sucedidos, tais como os países Nórdicos ou os países Asiáticos em vias de desenvolvimento, onde a política macro-económica estava condicionada pelos objectivos do desenvolvimento social.

Os desafios com que muitas comunidades hoje se confrontam na África pós-colonial são a pobreza generalizada, o desemprego, a violência, as doenças, as calamidades, a degradação ambiental, o mau acesso à infra-estruturas básicas e serviços sociais tais como a água potável e saneamento; as estradas, a habitação segura, a educação básica e a formação e os cuidados de saúde. Por sua vez, estes factores

causam altas taxas de morbilidade e de mortalidade infantil, alta mortalidade materna, baixa longevidade, deficiências, má saúde e sofrimento desnecessário. A África tem igualmente as taxas mais altas de analfabetismo, mortalidade e prevalência do VIH/SIDA no mundo. A maioria dos Africanos trabalham na economia informal e são vulneráveis à insegurança no trabalho, bem como ao rendimento baixo e errático, e não possuem segurança social e protecção básicas. Dada a estrutura baseada no género das sociedades Africanas e o seu estatutos baixos, as mulheres e as raparigas são severamente afectadas pelo flagelo da pobreza e outros males sociais que abundam no continente.

Da mesma forma, não há dúvida que estes problemas levaram à fragmentação da família e à alienação do parentesco e das comunidades que serviram como sistemas de suporte social para muitos indivíduos. Enquanto que nas comunidades sempre houve um sentido de pertença e partilha, as pessoas experimentaram igualmente a depravação, a impotência, a violação da dignidade humana, o isolamento social, a desigualdade do género, a corrupção e sistemas ineficazes de prestação de serviços.

A pobreza é um dos desafios mais difusos com que muitas pessoas se têm de confrontar. As pessoas pobres experimentam a pobreza de muitas formas – como a fome e a insegurança alimentar, as suas dimensões psicológicas de impotência, dependência, vergonha, e humilhação (contudo a manutenção da identidade cultural e normas sociais de solidariedade ajudam às pessoas pobres a continuarem a acreditar na sua própria humanidade, apesar das condições desumanas) a falta de acesso a infra-estruturas básicas; sede pela alfabetização, porque muitas olham para a educação como uma forma de escapar da pobreza; da má saúde e da doença-custo dos cuidados de saúde bem como o rendimento perdidos devido à doença; ter a capacidade de gerir o físico, o humano o social e o ambiental, em vez do rendimento e a desigualdade do género.

Muitos argumentariam que a questão mais importante na abordagem da pobreza é o aumento do rendimento, mas para as pessoas pobres o que é mais importante são os bens sociais, que se referem às redes sociais tais como as redes de parentesco, vizinhos e associações informais, Outros bens incluem o seguinte:

1. Físicos (terra e bens materiais)
2. Humanos (Cuidados de saúde, educação e formação,. poder laboral)
3. Ambiental (capim, árvores, água, etc.)

Portanto, a escassez de bens sociais em particular, expõe indivíduos, agregados familiares e comunidades a um risco maior de empobrecimento. Apesar destes desafios mencionados acima, as pessoas têm mostrado resistência, engenho e solidariedade visando a sobrevivência das comunidades.

O direito ao desenvolvimento está plasmado na Carta Africana do Direitos Humanos e dos Povos e no Acto Constitutivo da Comissão da União Africana. A visão da Comissão da UA, portanto é a de integrar um desenvolvimento social são e sustentável em todas as políticas de desenvolvimento. A promoção de um desenvolvimento sustentável aos níveis económico, social e cultural bem como a cooperação em todos os campos da actividade humana, por forma a elevar os padrões de vida dos povos Africanos, estão entre as prioridades da Comissão da UA. Sendo assim, a África deve

investir nos seus recursos humanos e acima de tudo garantir o acesso igual dos grupos mais destituídos e marginalizados aos serviços sociais, especialmente nas zonas rurais.

Uma das funções mais importantes do Departamento dos Assuntos Sociais, é portanto a de providenciar a liderança política visando harmonizar e coordenar os esforços de África em garantir que melhorias notáveis sejam feitas nas vidas dos Africanos. Ao levar a cabo esta visão, a Comissão da UA trabalha em estreita colaboração com os parceiros de desenvolvimento e várias agências. É igualmente neste espírito que a Comissão da UA colabora com os seus parceiros para avaliar o progresso alcançado na implementação dos ODMs relacionados com o desenvolvimento social.

As medidas que foram tomadas pela Comissão da União Africana na abordagem dos desafios sociais a nível continental desde 1990's incluem, entre outras as seguintes:

- Uma Posição Africana Comum sobre o Desenvolvimento Humano e Social em África foi adoptada pelos Chefes de Estado e Governo Africano em Junho de 1994, tendo esta constituído a contribuição de África para a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social.
- A Declaração e Plano de Acção , Emprego e Alívio da Pobreza para orientar os Estados Membros a desenvolverem políticas sobre a redução da pobreza e a exclusão social.
- O Quadro de Política Social Continental, visando a redução da pobreza e a diminuição do fosso da desigualdade.
- Estudo sobre Sistemas de Protecção em África.
- A Carta Africana sobre os Direitos e o Bem Estar da Criança;
- A Carta da Juventude Africana
- O Protocolo à Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos relativo aos Direitos das Mulheres em África;
- O Plano da Acção da Família em África;
- O Quadro de Política e Plano de Acção sobre o Envelhecimento;
- A Declaração e o Plano de Acção sobre a Década das Pessoas Deficientes;
- A Declaração de Abuja e o Plano de Acção Quadro sobre o VIH/SIDA, a Tuberculose, e outras Doenças Infecciosas Relacionadas;
- **O Quadro Estratégico para a Política de Migração em África**
- **A Estratégia de Saúde para África**
- **O Plano de Acção sobre a Saúde Sexual e Reprodutiva e Direitos**

O desafio é garantir que estes instrumentos sejam implementados a nível nacional por forma a que tenham um impacto real no desenvolvimento sócio-económico e nas vidas das pessoas e estabelecer mecanismos apropriados de monitorização e de avaliação. A Comissão da União Africana irá continuar a prossecução da sua função de advocacia, acompanhamento e monitorização para garantir o bem estar dos povos de África.

II. FUNDAMENTAÇÃO LÓGICA

Esta é a primeira Conferência da UA que irá juntar todos os Ministros Africanos responsáveis pelo Desenvolvimento Social. A Conferência realiza-se no âmbito dos vários instrumentos adoptados pela União Africana, mais especificamente a Posição Comum

Africana sobre o Desenvolvimento Humano e Social que foi a Contribuição de África para a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social em 1994. Da mesma forma, em 2001, a comunidade global adoptou os ODMs com metas claras para a realização do desenvolvimento social. Após uma década, é pertinente analisar a situação, identificar o que funcionou bem, as boas práticas e os constrangimentos. Será uma boa oportunidade para se aprender uns dos outros e providenciar uma base para políticas integradas de desenvolvimento social: A Conferência tem como objectivo:

- Identificar e promover as medidas necessárias para se acelerar a objectivo de vidas mais longas, mais saudáveis e melhores para as pessoas do continente, especialmente os grupos vulneráveis;
- Apoiar o fortalecimento de sistemas nacionais de modo a providenciar serviços básicos e responder, no geral, pelo bem estar das pessoas, e em particular pelo bem estar dos grupos marginalizados e mais pobres da sociedade;
- Promover os direitos de todos os sectores da sociedade, incluindo as pessoas idosas, pessoas com deficiências, a família e as mulheres, com o objectivo de incluí-las nas políticas e programas de desenvolvimento

III. JUSTIFICAÇÃO

Com base nas recomendações elaboradas pelas 3ª e 4ª Sessões da Comissão do Assuntos Sociais e Trabalho, na Decisão EX.CL.290 (IX) da Quarta Sessão da Comissão da UA dos Assuntos Sociais e Trabalho adoptada pela 9ª Sessão do Conselho Executivo e endossada pela 7ª Conferência dos Chefes de Estado e Governo, em Julho de 2006, a Comissão da UA foi mandatada para organizar uma reunião dos Ministros do Desenvolvimento Social para analisar as questões de desenvolvimento social em África e adoptar um Quadro de Política Social para África.

IV. OBJECTIVOS PRINCIPAIS

Os objectivos principais da Conferência são os seguintes:

1. Analisar e adoptar o Quadro de Política Social para África;
2. Analisar e Avaliar o progresso alcançado pelos Estados Membros na implementação dos vários instrumentos na área do desenvolvimento social, identificar as lacunas, constrangimentos e boas práticas;
3. forjar parcerias com parceiros de desenvolvimento e OSCs no apoio aos Estados Membros da UA, visando implementar os vários instrumentos relacionados com as questões sociais;

A conferência irá igualmente:

1. Popularizar os vários instrumentos existentes sobre as questões sociais;
2. Partilhar e realizar o intercâmbio de boas práticas relativamente ao desenvolvimento social nos Estados Membros, incluindo políticas e programas;

3. Adotar as recomendações para reforçar o desenvolvimento social em África e promover os direitos e bem estar dos grupos mais vulneráveis da sociedade

V. RESULTADOS ESPERADOS

A Conferência irá adoptar o seguinte:

- Um Quadro de Política Social para África
- Uma Declaração sobre o Desenvolvimento Social
- Uma Posição Comum Africana sobre a Integração Social para constituir a contribuição de África à 47ª Comissão da ONU sobre o Desenvolvimento Social

VI. FORMATO DA REUNIÃO

A Conferência será organizada em duas fases:

(a) Reunião de Peritos: 27-28 de Outubro de 2008

Durante os primeiros dois dias da Conferência, Peritos/Funcionários dos Estados Membros irão analisar os documentos e dar as suas contribuições, bem como elaborar recomendações para que os Ministros façam a apreciação e aprovelem os documentos.

(b) Reunião dos Ministros: 30-31 de Outubro de 2008

Os Ministros irão analisar o Relatório da Reunião de Peritos e adoptar as suas recomendações, bem como o Quadro de Política Social para África

VII. AGENDA

Para além do Quadro de Política Social para África que é o principal ponto da Agenda, a Conferência irá analisar pontos específicos relacionados com:

- A Família, no âmbito do Plano de Acção para a Década Africana das Pessoas com deficiências, em particular, o Plano de Acção para a Década Africana das Pessoas com deficiências.
- Os Idosos e o Envelhecimento- o estabelecimento de um Comité Directivo sobre o envelhecimento para fiscalizar a implementação do Quadro de Política da UA e o Plano de Acção sobre o envelhecimento em África;
- Estudo sobre os Sistemas de Protecção Social em África.

VIII. DOCUMENTAÇÃO

(a) Documentos de Trabalho:

Os documentos de trabalho para a Conferência irão incluir:

- Um estudo sobre a Protecção Social
- Projecto de Quadro de Política Social em África

(b) Documentos de referência:

Os documentos de referência irão incluir:

- Vários instrumentos existentes na UA relacionados com as questões sociais
- Outros documentos regionais e internacionais sobre desenvolvimento social

Informação relevante será colocada na Website da UA (www.africa-union.org) e será igualmente distribuído durante a Conferência.

IX PARTICIPANTES

Espera-se que a 1ª Conferência Ministerial da UA dos Ministros Responsáveis pelo Desenvolvimento Social junte os seguintes participantes: Ministros Responsáveis pelo Desenvolvimento Social e Peritos/Funcionários dos Estados Membros da UA, os CERs, a Comissão da UA, Agências da ONU, Parceiros de Desenvolvimento, Organizações Nacionais, Regionais e Internacionais, incluindo ONGs, OSCs, CBOs, que tratam com questões de desenvolvimento social, Peritos Independentes e Pessoas-Recurso, bem como convidados especiais.

X. QUESTÕES ORGANIZACIONAIS

A Comissão da União Africana será responsável por convidar os Estados Membros e outros convidados, bem como pela preparação da Agenda, do Programa de Trabalho e documentos relacionados.

XI. ORÇAMENTO E OUTROS RECURSOS

Embora a Comissão da UA vá contribuir com a quantia destinada no orçamento para organizar a reunião, o apoio financeiro e técnico poderá ser providenciado por organizações parceiras para facilitar a preparação dos documentos e patrocinar a participação dos representantes dos Estados Membros, OSCs, peritos independentes e pessoas-recurso.

XII. Pessoa a contactar

- **Mme Mariama Cisse**
Directora Interina
Departamento dos Assuntos Sociais
Adis Abeba

Fax: 00-251-115-517700 Ext. 310/251-115-157175

E-mail: CisseM@africa-union.org

- **Mrs S. Rahim**
Oficial de Política – Divisão de Assistência Social
Tel: 00-251-115-517700 Ext. 247
E-mail: RahimS@africa-union.org/thunduN@africa-union.org
SehenE@africa-union.org